

Seminário em Macapá tenta unir bem-estar social e biodiversidade

MARCELO LEITE
enviado especial a Macapá

Agora que até o FMI defende o humanismo, já não é sem tempo que ele contagia a idéia de utilizar racionalmente —para preservar— a diversidade biológica amazônica. Essa foi a novidade do Seminário de Consulta Biodiversidade na Amazônia, encerrado há uma semana em Macapá.

No discurso ecológico-global, há muito já se fala de compatibilizar o bem-estar do ambiente (conservação) com o de seres humanos (desenvolvimento). Tornar essas boas intenções em políticas e práticas são outros 500.

O seminário de Macapá pode entrar para a história do ambientalismo brasileiro como um dos primeiros a encarar o desafio de provar que é preciso humanizar, não ocupar, a Amazônia. Durante cinco dias, a palavra “sociodiversidade” foi pronunciada tantas vezes quanto “biodiversidade”.

As duas centenas de especialistas —de antropólogos a entomólogos— fizeram mais do que sair dali com um mapa de 378 áreas de importância para a biodiversidade, das quais 64 com total prioridade para criação de novas unidades de conservação, como parques e florestas nacionais.

Essas 64 áreas somam 586 mil quilômetros quadrados, ou 11% da Amazônia Legal. Com os 8,5% já protegidos, ao menos no papel, o seminário propõe a reserva de 19,5% da maior floresta tropical do mundo —para o homem.

Superaram, com seu conjunto de recomendações, a velha dicotomia entre preservação e destruição. A súmula do encontro foi reafirmar a vocação florestal da região, ao propor como princípio geral que sejam mantidos pelo menos 80% da cobertura arbórea.

Deram, assim, a melhor resposta ao argumento batido da exploração predatória, de que a espécie humana também deve ser protegida. Enterraram, com seus mapas minuciosos, o correlato ideológico-ambiental dos “direitos humanos só para os bandidos”.

O formato multidisciplinar do encontro, assim como a utilização intensiva de cartografia e georreferenciamento de dados, forçou a formação de consensos. “Biológicos” e “sociais” tinham de traçar juntos os limites das áreas para as quais pedem atenção, em cada uma das sete regiões em que a Amazônia legal foi dividida.

Índios e biozeladores

Com o mapa final, surgiram algumas surpresas. Descobriu-se, por exemplo, que 121 das 378

áreas definidas coincidiam com terras indígenas. No início do seminário, isso ainda provocava arrepios nos “biológicos”, os que põem a conservação de ecossistemas e espécies acima de tudo.

“Estamos ferrados”, chegou a dizer um desses conservacionistas extremados ao notar o número de superposições no primeiro (e único) dia dedicado à identificação de áreas só com base em sua importância biológica. No último dia, todos já propunham o estudo de uma nova figura jurídica —algo como reservas naturais indígenas— para garantir a preservação de recursos biológicos e, também, seu usufruto exclusivo pela população indígena.

Nada parece mais racional do que incluir populações indígenas no esforço de conservação. Certamente é mais fácil tê-los como aliados do que, por exemplo, madeireiros com os quais poderiam firmar acordos prejudiciais.

Algo de semelhante deverá surgir para as chamadas populações tradicionais, como ribeirinhos e seringueiros, que vivem da natureza sem causar-lhe dano irreversível. Assim como os índios, eles deveriam ser compensados financeiramente por esse tipo de serviço (preservar a floresta e recursos genéticos), propuseram os cientistas e ambientalistas.

Serviços globalizados

“Serviços ambientais”, aliás, foi outra expressão muito usada durante o encontro patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com R\$ 430 mil do governo federal e do Fundo Global para o Ambiente (GEF, administrado pelo Banco Mundial).

A própria floresta, numa concepção mais moderna adotada pelo seminário, é uma fonte desses serviços. De pé, ela contribui para a manutenção e renovação de recursos naturais que sustentam a economia em nível local, regional, nacional e mundial, como:

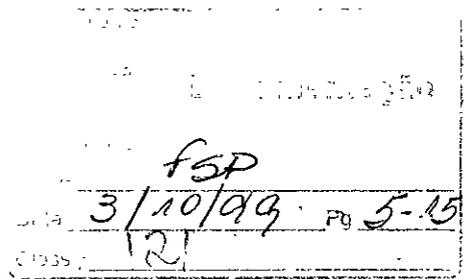
★ **Balanço hidrológico** - A floresta funciona como uma esponja, mantendo grande quantidade de água no ecossistema, o que garante regularidade dos rios e condições ótimas de funcionamento para hidrelétricas e hidrovias;

★ **Clima** - Mantém umidade e reduz temperatura da região, como um ar condicionado;

★ **Solos** - Impede erosão e favorece regeneração de nutrientes;

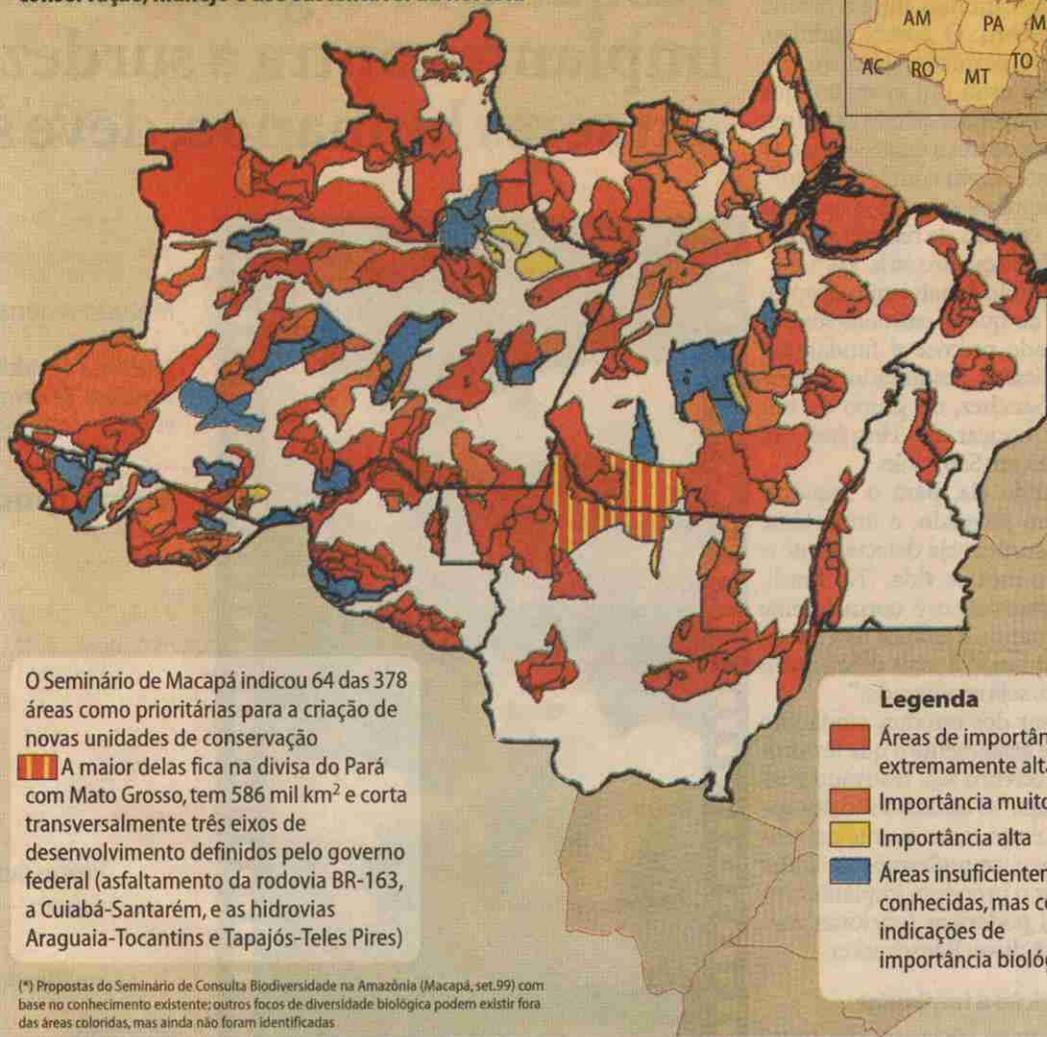
★ **Saúde** - Onde a vegetação é derrubada, proliferam doenças como a malária;

★ **Sequestro de carbono** - Árvores da Amazônia estocam tanto carbono em sua madeira quanto o mundo emite na forma de CO₂,



Saiba quais são as 378 áreas prioritárias para a biodiversidade*

Por onde devem começar as ações do governo na Amazônia Legal para conservação, manejo e uso sustentável da floresta



O Seminário de Macapá indicou 64 das 378 áreas como prioritárias para a criação de novas unidades de conservação. A maior delas fica na divisa do Pará com Mato Grosso, tem 586 mil km² e corta transversalmente três eixos de desenvolvimento definidos pelo governo federal (asfaltamento da rodovia BR-163, a Cuiabá-Santarém, e as hidrovias Araguaia-Tocantins e Tapajós-Teles Pires)

Legenda

- Áreas de importância extremamente alta
- Importância muito alta
- Importância alta
- Áreas insuficientemente conhecidas, mas com indicações de importância biológica

(*) Propostas do Seminário de Consulta Biodiversidade na Amazônia (Macapá, set.99) com base no conhecimento existente; outros focos de diversidade biológica podem existir fora das áreas coloridas, mas ainda não foram identificadas.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL FSP
 Documentação
 Fonte: 3/10/99 Pg. 515
 Data: 12/

por dez anos, com a queima de combustíveis fósseis. Derrubadas, agravariam o efeito estufa.

★ **Barreira contra o fogo** - Florestas inalteradas, muito úmidas, são a melhor prevenção contra a ocorrência de megaincêndios como o de Roraima em 1998, um risco em expansão na Amazônia.

Para dar ao raciocínio a força de números, Daniel Nepstad, do Centro de Pesquisa Woods Hole (EUA), fez um cálculo aproximado de custos ambientais e sociais do incêndio de Roraima.

Concluiu que a queima de 14 mil quilômetros quadrados torrou algo como US\$ 1,16 bilhão: US\$ 1 bilhão em carbono liberado na atmosfera (baseado no custo estimado de US\$ 75 por tonelada para re-sequestrá-lo, ou eliminar emissões); US\$ 100 milhões com madeira (valor comercial das espécies nobres); e US\$ 60 milhões com perdas de pastagens.

Tão irracional quanto o fogo, alertou o seminário, pode ser a opção preferencial pela soja que parece estar por trás dos eixos de desenvolvimento cevados pelo governo federal. Enquanto 300 hectares de floresta manejada podem gerar até 80 empregos, 300 hectares de soja oferecem 4, segundo Adalberto Veríssimo, do Imazon (sintomaticamente batizado Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

A cuíca roncou em Macapá. Não se sabe ainda se foi ouvida no Planalto Central.

Encontro propõe incentivo econômico

do enviado especial a Macapá

Nem todas as recomendações do seminário de Macapá envolvem proteção legal de áreas geográficas. Em vários casos, elas podem contemplar coisas opostas, como investir em estradas, linhas de transmissão e energia.

No caso, a ampliação da infraestrutura é recomendada para as áreas já desmatadas, que os especialistas reservaram para a intensificação da agropecuária. A lógica é fixar as populações migrantes e conter a expansão agrícola.

Outra idéia articulada é o fomento ao ecoturismo. A Amazônia inteira, com mais de 5 milhões de quilômetros quadrados, obtém do turismo perto de US\$ 50 milhões por ano. Só a pesca esportiva, nos EUA, movimenta anualmente US\$ 63 bilhões.

Uma das regiões com maior potencial é a do estuário do Amazonas (Belém, Macapá, ilha de Marajó). Não faltam atrações: pororoca, praias de rio e de oceano, culinária, pesca, cachoeiras.

A pouco mais de duas horas da capital do Amapá —percorridas de avião, jipe e “voadeiras” (lan-

chas de rio)— fica a cachoeira de Santo Antônio. A queda d’água, no rio Jari, que faz fronteira com o Pará, tem formato de jota. É de embasbacar brasileiros, o que dirá de europeus e americanos.

Mais uma hora de voadeira e chega-se à Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Iratapuru. Turistas e jornalistas encontram ali uma boa demonstração de como iniciativas simples podem melhorar a vida de populações dedicadas ao extrativismo.

Depois que começaram a produzir biscoitos de castanha-do-pará (18 toneladas em 1998), em lugar de vendê-la in natura para atravessadores, os 65 produtores da cooperativa viram sua renda subir para até R\$ 250 mensais.

Agora, estão aprendendo a fazer um beneficiamento local do látex, produzindo a chamada folha por defumação líquida, tecnologia conhecida como “Tecbor”. Esperam obter até R\$ 500/mês.

“E ainda sobra tempo para a roça e a pesca”, diz Nivaldo Martins dos Reis, do Ibama de Santarém, deslocado para dar o curso em Iratapuru. Sua lição tem nome: valor agregado. (ML)